



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabriel Desembargador Ricardo Proes Barreto

Apelação cível nº 187723-2- Comarca de Camaragibe

Apelante: Luiz Paulo Ferreira do Amaral.

Apelado: Município de Camaragibe.

5527

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PRELIMINAR DE INCONSTITUCIONALIDADE DO XXX, § 2º, DO ART. 78, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL REVISORA. MANIFESTAÇÃO PRÉVIA DO STF SOBRE A MATÉRIA. DESNECESSÁRIA A FORMAÇÃO DO INCIDENTE. ESTABILIDADE FINANCEIRA. EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS PARA A DATA DA APOSENTADORIA. APLICAÇÃO DO ART. 73, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI MUNICIPAL Nº. 112/92. QUESTIONAMENTO RELATIVO À VIGÊNCIA DA NORMA NÃO PROVADO DE PLANO. IMPOSSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA EM MANDADO DE SEGURANÇA. APELO DESPROVIDO UNANIMEMENTE. 1. O art. 78, § 2º, XXX, da Lei Orgânica Municipal, com a redação que lhe deu a emenda revisora, padece de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, vez que a concessão de vantagem a servidor público é matéria reservada à iniciativa de lei do Chefe do Poder Executivo. 2. Precedentes dos STF. 3. Tendo o apelante ingressado no serviço público municipal em 06/02/1997, quando já vigente o parágrafo único do art. 73, não possui direito líquido e certo à obtenção do adicional de estabilidade neste momento, haja vista que o efeito financeiro inicial fora previsto para a data da aposentadoria dos servidores que preenchessem os requisitos descritos no *caput*. 4. A alegada não vigência da LCM nº. 02/95, que deu nova redação ao art. 73, não pode ser apreciada nesta via estreita do mandado de segurança, à falta de juntada oportuna de documentação neste sentido. 5. Apelação não provida. 6. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos d da apelação cível nº 187723-2, acima referenciada, julgada em sessão realizada na data de 28/01/2010, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, unanimemente, no sentido de não conhecer da preliminar de inconstitucionalidade do XXX, do § 2º, do art. 78, da Lei Orgânica

Municipal Revisora e, no mérito, negar provimento ao apelo, nos termos do voto, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 1º de fevereiro de 2010


Des. Ricardo Paes Barreto - Relator

142
R

142



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Apelação cível nº 187723-2-- Comarca de Camaragibe

Apelante: Luiz Paulo Ferreira do Amaral.

Apelado: Município de Camaragibe.

RELATÓRIO

Como relatório adoto o do parecer da douta Procuradoria de Justiça de fls. 122/123, que leio, acrescentando que ali se suscitou a preliminar de inconstitucionalidade do art. 78, § 2º, XXX, da Lei Orgânica Revisora do Município de Camaragibe e, no mérito, opinou-se pelo improvimento do apelo.

Autos conclusos.

Inclua-se o feito em pauta.

Recife, 17 de dezembro de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto

Relator



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL
Gabinete do 18º Procurador de Justiça

122P

144

APELAÇÃO n° 0187723-2

ORIGEM: COMARCA DE CAMARAGIBE PROCESSO DE ORIGEM

001.2006.0002416-9

APELANTE: LUIZ PAULO FERREIRA DO AMARAL

APELADO: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE

ÓRGÃO JULGADOR: 8ª CÂMARA

RELATOR: DES. RICARDO PAES BARRETO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO SALES DE ALBUQUERQUE

PARECER

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. 1. SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE. WRIT PARA PAGAMENTO DE PARCELA REMUNERATÓRIA A TÍTULO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA, INSTITUÍDA VIA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. INCONSTITUCIONALIDADE POR VÍCIO DE INICIATIVA, DADO QUE ESTA MATÉRIA É DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO (ART. 19, § 1º, INCISO IV, E ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO), CONFORME PRECEDENTES DO STF. EXISTÊNCIA DE INÚMEROS OUTROS MANDADOS DE SEGURANÇA COM O MESMO OBJETO. PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO IMPÕE, EM PREJUDICIAL, A DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO XXX DO § 2º, DO ART. 78, DA LEI ORGÂNICA (COM A REDAÇÃO QUE LHE CONFERIU A EMENDA REVISORA), VIA CORTE ESPECIAL, DADA A RESERVA DE PLENÁRIO, NOS TERMOS DO ART. 97, DA CR/88, E ART. 22, "P", C/C O ART. 135 e SS, DO RITJPE, A FIM DE QUE, AD FUTURUM, SE POSSIBILITE A APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA TODOS OS DEMAIS ÓRGÃO DESTE TRIBUNAL (ART. 139, DO RITJPE). NO MÉRITO: 1. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES: 2. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO, À ESTABILIDADE, PRINCIPALMENTE QUANDO NÃO ADIMPLIDOS, AO TEMPO DA LEI PERMISSIVA, OS PRESSUPOSTOS TEMPORAIS DA AQUISIÇÃO DESTE DIREITO. PELO CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO APELO.

Trata-se de recurso de Apelação interposto contra a sentença de fls. 79/84, a qual - nos autos da MANDADO DE SEGURANÇA impetrado por LUIZ PAULO FERREIRA DO AMARAL, contra ato do EXMº SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE - PE, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Estatuto Processual Civil, denegou a segurança por inexistência do direito líquido e certo invocado pela parte impetrante, ao tempo em que decretou, incidentalmente, pela via do controle difuso, no presente caso concreto, a inconstitucionalidade do inciso XXX do § 2º do art. 78 da Lei Orgânica Revisora do Município de Camaragibe - PE, promulgada e publicada em 2004.

Em suas razões de apelo (fls. 162/171), o Apelante, em apertada síntese, alega, em apertada síntese, a revelia do impetrado, nos termos do art. 319, do CPC, dado que, devidamente notificado a prestar informações, deixou passar em branco o prazo para resposta, no mais, reproduz as mesmas razões fáticas e jurídicas



123³

145

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL
Gabinete do 1.º Procurador de Justiça

da inicial de fls. 02/09, asseverando que, ingressando no serviço público municipal em 06/02/1997, passou a exercer função comissionada, regular e ininterruptamente, de janeiro de 1997 a dezembro de 2004, ou seja, durante 7 anos e 11 meses; b) que o art. 73 da Lei Municipal nº 112/92 conferia estabilidade financeira aos servidores relativamente a gratificações de qualquer natureza, percebidas ininterruptamente durante cinco anos ou, intercaladamente, por sete anos; que, posteriormente, em 1995, foi aprovada a Lei Complementar municipal nº 002/95, a qual acrescentou parágrafo único ao citado art. 73 da Lei nº 112/92, dispondo que as determinações deste dispositivo legal somente produziram efeitos quando da aposentadoria do servidor; d) que, de outro turno, a Lei Orgânica Revisora do Município de Camaragibe, promulgada em 24 de novembro de 2004, em seu art. 78, § 2º, inciso XXX, repetiu o texto do art. 73 da Lei nº 112/92, não fazendo qualquer menção à condição imposta pela Lei Complementar nº 002/95, no sentido de que o direito à estabilidade financeira somente seria garantido quando da inatividade do servidor;

Em **contra-razões** de fls. 106/109, a autoridade impetrada sustenta, em síntese: a inconstitucionalidade do inciso XXX do § 2º do art. 78 da LOM, bem assim que já no regime da Lei 002/1995, que alterou a Lei nº 112/1995, o servidor somente teria direito a percepção financeira se passasse à inatividade; por fim, requer seja negado provimento ao recurso de Apelação, e que a sentença do juízo *a quo* seja mantida.

Relatados, opino.

O recurso é adequado e tempestivo, e, pois, merece ser conhecido, e - após definida a questão prévia, consistente na declaração incidental de inconstitucionalidade -, improvido por essa Câmara, ante as razões a seguir expostas.

Da análise dos autos observa-se que as questões centrais a serem enfrentadas neste processo dizem respeito: 1º) à constitucionalidade ou não da Emenda de Revisão da Lei Orgânica do Município, por vício de iniciativa, uma vez que, tratando de remuneração de servidores, esta seria privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal; 2º) a decretação de revelia do impetrado; e, por fim 3º). direito adquirido à estabilidade financeira.

Desde ratifico o Parecer Ministerial de fls.83/93, da i. Promotora de Justiça Nancy Tojal de Medeiros, por intermédio do qual se requereu fosse incidentalmente declarada a inconstitucionalidade do inciso XXX do § 2º do art. 78 da Lei Orgânica do Município, afinal reconhecida pelo juízo, que assim dispunha:

§ 1º – omissis

§2º - São direitos desses servidores::

XXX – estabilidade financeira quanto à gratificação ou comissão percebida a qualquer título, por mais de cinco anos ininterruptos, ou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Apelação cível nº 187723-2-- Comarca de Camaragibe

Apelante: Luiz Paulo Ferreira do Amaral.

Apelado: Município de Camaragibe.

**VOTO DA PRELIMINAR DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 78,
§2º, XXX, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL REVISORA**

Tendo o STF decidido, na ADI nº 2317, que são inconstitucionais as emendas às leis orgânicas que ocupem a região material de lei infraconstitucional, justamente o que ocorre no caso em apreço, prejudicada está a arguição indireta ao mérito.

Desta feita, não conheço da preliminar.

É como voto.

Recife, 28 de junho de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Relator: Desembargador Ricardo Paes Barreto

Apelação cível nº 187723-2- Comarca de Camaragibe

Apelante: Luiz Paulo Ferreira do Amaral.

Apelado: Município de Camaragibe.

VOTO DE MÉRITO

Trata-se de pedido de concessão de estabilidade financeira fundado no art. 78, § 2º, XXX, da Lei Orgânica Revisora Municipal c/c art. 73 da Lei Municipal nº 112/92.

Inicialmente, verifico que, realmente, o art. 78, § 2º, XXX, da Lei Orgânica Municipal, com a redação que lhe deu a emenda revisora, padece de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, vez que a concessão de vantagem a servidor público é matéria reservada à iniciativa de lei do Chefe do Poder Executivo, no caso, o Prefeito Municipal, único que possui competência para inaugurar o processo legislativo destinado a criar parcela remuneratória a servidores vinculados ao poder executivo municipal.

A norma constitucional indicada tutela a prerrogativa institucional de iniciativa exclusiva, a qual não se convalida sequer com a confluência de vontade posterior do Chefe do Poder Executivo, conforme entendimento do STF na ADI nº 2317, onde se firmou a negativa de tolerância às emendas constitucionais (orgânicas) que ocupem a região material de lei infraconstitucional, hipótese que se amolda ao caso em apreço.

Assim, sendo inconstitucional um dos dispositivos em que se funda a pretensão do apelante, resta examinar o segundo fundamento normativo de seu pleito, o art. 73 da Lei Municipal nº 112/92 dispõe que:

Art. 73. A estabilidade financeira será assegurada quanto à gratificação de qualquer natureza, percebida ininterruptamente há 5 (cinco) anos ou intercaladamente há 7 (sete) anos, respeitado o disposto no art. 98, § 2º inciso XVII, da Constituição do Estado de Pernambuco.

Parágrafo único: O disposto neste artigo somente produz efeitos financeiros quando o servidor passar para a inatividade, mediante aposentadoria (parágrafo acrescentado pela LC nº 02/95).

No caso, tendo o apelante ingressado no serviço público municipal em 06/02/1997, quando já vigente o parágrafo único do art. 73, não possui direito líquido e certo à obtenção do adicional de estabilidade neste momento, haja vista que o efeito financeiro inicial fora previsto para a data da aposentadoria dos servidores que preenchessem os requisitos descritos no *caput*.

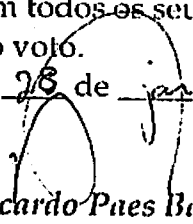
145
R.

Demais disso, verifico ainda que a alegada não vigência da LC nº 02/95 por possível ausência de publicação não pode ser apreciada nesta via estreita do mandado de segurança, ante a necessidade de dilação probatória. 148

Diante de todo o exposto nego provimento ao apelo, ratificando o julgado de origem em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 28 de janeiro de 2010


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator